





#### FICHA TÉCNICA

Director de Redacção: Belarmino Ramos Redacção: Fernando Vicente, António Lucas,

Nuno Maciel, Graça Silveira. Projecto Gráfico: Jorge Esteves Paginação e Tratamento Gráfico:

Fernando Vicente Revisão: Luísa Cordeiro

Colaboração: José Paulo Oliveira (jpgo@sapo.pt) Propriedade e Edição: Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA); Gabinete

de Recursos e Informação do SPRA spra.terceira@mail.telepac.pt Periocidade: Bi-mensal

Tiragem média: 2.420 exemplares

Impressão e acabamento: Nova Gráfica, Lda

Dep.Legal: 206452/04

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

#### www.spra.pt

#### Membro da FENPROF

#### ÁREAS SINDICAIS:

#### STA. MARIA

Rua: Leandro Chaves, 14 9580-533 Vila do Porto

tel: 296 882872 fax: 296 882872

email: sprasma@iol.pt

#### S.MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A nº 10, 3º 9500-310 Ponta Delgada tel: 296 205960 fax: 296 624698 email: spra.smiguel@mail.telepac.pt

#### TERCEIRA

GRACIOSA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia 9700-130 Angra do Heroísmo tel: 295 215471 fax: 295 212607 email: spra.terceira@mail.telepac.pt

Rua: Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22

9880 Santa Cruz Graciosa tel: 295 712886 fax: 295 712886 email: spragraciosa@netc.pt

#### S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c 9850-022 Calheta São Jorge tel: 295 416519 fax: 295 416519 email: spra.sjorge@sapo.pt

FAIAL

Rua de S. João nº 38 Fracção B 1º andar 9900- Horta

tel: 292 292892 fax: 292 292282 email: sprafaial@sapo.pt

#### **PICO**

Rua Dr. Manuel de Arriaga 9950-302 Madalena do Pico tel: 292 623000 fax: 292 622023 email: sprapico@sapo.pt

#### FLORES e CORVO

Rua Fernando Mendonça, 2 R/C Gabinete 9970-332 Sta Cruz das Flores tel/ fax: 292 592976

email: spra-flores@sapo.pt

de Recursos do Sindicato dos Professores



# Os Credores

Todos sabemos do plano de austeridade imposto ao País pelos credores internacionais, no entanto, será que conhecemos o seu impacto na vida dos açorianos e de que forma influenciarão a economia Regional? Pois bem, as medidas que vêm aí, para as Regiões Autónomas, são ainda mais brutais e recessivas. A saber:

- 1. Alteração à Lei das Finanças Regionais para limitar a redução das taxas de IRC e IRS até 20% de forma proceder a uma aproximação às taxas do continente;
- 2. Obter decréscimos anuais de 2% por ano (2012-2014) dos trabalhadores das administrações regionais (na administração central o decréscimo é de 1%);
- 3. Redução dos cargos dirigentes e serviços em 15%;
- 4. Redução da duração máxima do subsídio de desemprego para 18 meses;
- 5. Redução das compensações por cessação de contratos (sem termo e a termo) superiores a 30%;
- 6. Redução das transferências do O.E. para as autarquias e regiões autónomas;
- 7. Previsível encerramento de inúmeras entidades públicas e semi-públicas;
- 8. Possibilidade de extinção de concelhos e freguesias.

Entre outras, também expressas no "Memorando de Entendimento", estas medidas terão um significativo impacto na vida dos açorianos e na economia da Região. Os efeitos far-se-ão sentir directamente no rendimento das famílias mas também na economia da Região, por via das previsíveis quebras no investimento público, da contracção do consumo e do aumento do desemprego.

António Lucas

# SPRA consegue importante vitória no âmbito da avaliação do desempenho e trava proposta de renovação de contratos!

Aproximação de posições, em algumas matérias. É assim que o SPRA caracteriza a reunião negocial do passado dia 8 com a Secretária Regional da Educação e Formação (SREF).

Este encontro de trabalho decorreu em resultado do pedido de uma reunião suplementar, no âmbito do processo negocial dos concursos do pessoal docente. A proposta enviada pela SREF ao SPRA, no passado dia 1 de Julho, inseria, recorde-se, uma matéria que não tinha sido discutida na reunião anterior, isto é, a possibilidade de renovação anual de contratos, até quatro anos.

A comissão negociadora do SPRA colocou, como ponto prévio, uma vez mais, a possibilidade de integração do tempo congelado nos períodos avaliativos. O efeito prático desta medida é o do adiamento da conclusão dos processos avaliativos dos docentes, enquanto durar o período de congelamento do tempo de serviço, não significando tal que a avaliação dos docentes seja suspensa, pois os relatórios críticos incidirão sobre os anos do congelamento.

# Mais tempo para a conclusão do processo avaliativo

A vantagem desta proposta, a que a titular da SREF deu a sua anuência e se comprometeu a informar as escolas em Setembro próximo, é a de permitir aos avaliadores e avaliados disporem de um período mais longo para a conclusão do processo avaliativo, destaca o SPRA, que acrescenta:

"No âmbito da proposta de diploma de concursos do pessoal docente, mantém-se a modalidade de candidatura por três anos, que, embora o SPRA tenha demonstrado discordância em relação a esta medida, não representa, em si, matéria fracturante. Quanto às renovações de contratos, o SPRA apresentou os seus argumentos contrários a esta iniciativa, por considerar que é uma forma de agravar ainda mais a precariedade, de subverter as graduações profissionais e de

poder pôr em causa a transparência que se pretende que a Administração tenha, também, nos concursos do pessoal docente."



# "Alguma aproximação de posições"

O Sindicato dos Professores da Região Açores esteve reunido, no passado dia 28 de Junho, com a Secretária Regional da Educação e Formação, em Angra do Heroísmo. O encontro decorreu no âmbito do processo negocial relativo à proposta de novo Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário.

Em nota de imprensa divulgada após a reunião com Cláudia Cardoso, o SPRA destaca "a aproximação de posições" relativamente a quatro matérias centrais:

- 1. Manutenção das "prioridades regionais", com obrigatoriedade de o docente concorrer, pelo menos, a um determinado grupo de ilhas, a definir. Lembramos que o SPRA contestou o fim abrupto das referidas prioridades, plasmadas na anterior versão do documento, pois punha em causa legítimas expectativas dos docentes, criadas por um quadro legal com oito anos de existência;
- 2. Manutenção da actual periodicidade do concurso interno de afectação, garantindo, assim, a mobilidade anual dos professores do quadro de escola;
- 3. Abertura dos concursos interno e externo em Janeiro de 2012 e, excepcionalmente, em 2014;
- 4. Salvaguarda da mudança de grupo de recrutamento através do concurso interno, na última prioridade:

#### Concursos e vínculo

A Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores critica, entretanto, as orientações da SREF em relação à periodicidade dos concursos interno e externo e ao vínculo de nomeação definitiva, matérias sensíveis e de grande preocupação entre os docentes.



"Não foi contemplada a proposta do SPRA de manutenção da anualidade dos concursos interno e externo, que, à semelhança do continente e da Madeira, passam a quadrienais", alerta a nota sindical.

O SPRA regista também como "profundamente negativa" a alteração do vínculo de nomeação definitiva para contrato por tempo indeterminado, que, claramente, "encerra uma degradação e fragilização da relação jurídica de emprego".

A SREF enviou o documento escrito, contendo as propostas de alteração agora acordadas entre o SPRA e a tutela. No entanto, no texto em causa, é apresentada uma proposta de renovação dos contratos a termo resolutivo, que podem chegar aos quatro anos. Esta matéria, recorde-se,

não foi objecto de negociação, nem de apresentação verbal no decurso da reunião em apreço, pelo que o SPRA já solicitou negociação suplementar correspondente. Naturalmente, esta estrutura sindical é contrária às renovações, que podem provocar ainda mais precariedade e instabilidade profissionais.

Em relação aos concursos do pessoal docente, ao nível nacional, o SPRA reafirmou a necessidade de uma posição concertada entre a Secretaria Regional da Educação e Formação e o SPRA, no âmbito da FENPROF, para, junto da actual equipa ministerial, serem resolvidos os constrangimentos sofridos pelos docentes que trabalham na Região Autónoma dos Açores e que concorreram nos concursos de destacamento por condições específicas e contratação.

# Propostas do SPRA não consideradas pela SREF

Entretanto, em reuniões anteriores com a Secretária Regional da Educação e Formação, no âmbito das propostas de alteração ao Estatuto da Carreira Docente na Região, as propostas do SPRA foram, intransigentemente, rejeitadas pela SREF.

Em nota divulgada na altura, o Sindicato salientou que "esta atitude traduz-se em alterações extremamente gravosas para a classe docente que não trazem qualquer mais valia ao Sistema Educativo Regional."

No concreto, alertava o SPRA, "mantém-se o regime transitório penalizador na mudança da carreira de 8 para a de 10 escalões, resultando num acesso ao topo não equitativo, por isso injusto, uma vez que, para os docentes já integrados na carreira, ocorre para além dos 34 anos propostos pela SREF, indo até aos 39, dependendo do actual posicionamento dos docentes."

#### Avaliação do desempenho

A Direcção sindical esclarece noutra passagem:"No âmbito da avaliação do desempenho, mantém-se a imposição da intervenção do elemento externo, a Inspecção Regional da Educação, embora tenha sido clarificado que, numa fase inicial, seja apenas para os docentes que pretendam uma menção superior a Bom ou em caso de indícios de dificuldades no âmbito da prática pedagógica."

#### Horários de Trabalho

O SPRA observa ainda: "No que se refere aos horários de trabalho dos docentes da Educação e Ensino Especial, grupo de recrutamento 120, terão, incompreensivelmente, um agravamento de 3 horas na sua componente lectiva, passando das actuais 22 horas lectivas para 25". O SPRA contestará de forma veemente esta decisão da SREF altamente penalizadora para os docentes deste grupo de recrutamento.

#### 1º Ciclo e Pré-Escolar

No que diz respeito aos horários de trabalho dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, há a registar uma total discordância com a reformulação feita pela tutela, que para mais não serviu do que legitimar uma prática que vinha sendo adoptada na constituição de horários e que, claramente, contrariava o que sobre o assunto estava estipulado no Estatuto da Carreira Docente, tal como o SPRA sempre denunciou. Relembramos que esta estrutura sindical defende a uniformização dos horários para todos os ciclos e sectores de ensino.

"Gastos supérfluos" com avaliadores externos nas escolas

SEXTA-FEIRA | 20 MAI I I

# Avaliação de professores deve ficar entre pares



Após negociações com a secretaria regional da Educação acerca do Estatuto da Carreira Docente. o presidente do SPRA António Lucas, volta a frisar que a avaliação dos professores não deve ter mão

relação (de Cláudia dicatos foi de alguma

#### Parecer do SPRA



"Um retrocesso significativo relativamente ao processo negocial de 2006/2007". É assim que a Direcção do SPRA caracteriza a proposta de decreto legislativo regional sobre o Estatuto da Carreira

"Na altura", lê-se no parecer sindical, numa carreira que se desenvolvia em 35 anos e na qual foram introduzidas normas transitórias penalizadoras, foi assumido, por ambas as partes, que qualquer docente com menção de *Bom* não atingiria o topo da carreira com mais do que 35 anos. Para esse efeito, foi criado um regime compensatório que permitia, no limite de 15 anos, que não houvesse ultrapassagens, nem docentes com carreiras de dimensão diferenciada."

Entretanto, na proposta recentemente apresentada pelo Governo Regional, a carreira, supostamente, desenvolve-se em 34 anos, no entanto, por via das normas transitórias, docentes há que atingem o 10.º escalão, índice 370, entre 35 e 39 anos, conforme o seu posicionamento na actual carreira.

#### Avaliação do desempenho

Quanto à avaliação do desempenho docente, a proposta da SREF, neste momento, embora contemple posições defendidas pelo SPRA, como a existência de apenas um momento avaliativo no final de cada escalão e a avaliação bienal para os docentes contratados, representa uma ruptura com um princípio defendido pelo SPRA,

ou seja, o de uma avaliação exclusivamente inter-pares, centrada na escola, sem a participação de elementos externos. Este modelo baseia-se na desconfiança gratuita relativamente ao trabalho quer dos docentes avaliados quer dos docentes avaliadores, bem como ao da escola.

Relembramos, avança o parecer sindical, que, no actual quadro, o conteúdo funcional dos docentes é, essencialmente, o mesmo e que os avaliadores têm, de uma forma geral, a legitimidade da eleição dos seus pares.

# Horários de trabalho da Educação e Ensino Especial (Grupo 120)

No que diz respeito aos horários de trabalho, a actual proposta apresenta, no âmbito da Educação e Ensino Especial, um claro retrocesso no grupo de recrutamento 120, uma vez que na última alteração ao ECD, há pouco mais do que um ano, se contemplou, e bem, um horário uniforme de 22 horas lectivas para estes docentes, independentemente do sector de ensino em que exerciam funções.

Na verdade, realça o SPRA, não se compreendem os argumentos, por parte da tutela, relativamente à ligação do grupo 120 à monodocência, para justificar a imposição de um horário de 25 horas, uma vez que estes docentes desenvolvem a sua actividade em várias turmas e com grupos de alunos diferentes.

Aliás, como refere o parecer sindical, as características da maioria dos alunos do regime educativo especial representam uma exigência acrescida do trabalho a desenvolver, provocando

> "...não se compreendem os argumentos, por parte da tutela, relativamente à ligação do grupo 120 à monodocência, para justificar a imposição de um horário de 25 horas, uma vez que estes docentes desenvolvem a sua actividade em várias turmas e com grupos de alunos diferentes."

**→** um desgaste adicional, reconhecido pelos legisladores desde a publicação do primeiro Estatuto da Carreira Docente, há mais do que duas décadas.

#### 1º Ciclo e Pré-Escolar

Ainda no âmbito dos horários de trabalho, mas no que diz respeito à Educação Pré-Escolar e ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, consideramos que as alterações propostas vêm dar um claro sinal de que, desde o ano lectivo de 2007/ 2008, os horários destes docentes não estavam elaborados nos termos da Lei e que os referidos docentes faziam semanalmente cinco horas extraordinárias.

Como se destaca no documento sindical, "o SPRA continua a defender que os horários dos docentes deveriam ser de 22 horas lectivas para todos os sectores e níveis de ensino, bem como as reduções da componente lectiva por antiguidade, uma vez que o regime de aposentação também é igual para todos os docentes".

"A proposta apresentada pela SREF é globalmente mais penalizadora do que o quadro legal vigente e colide, em alguns aspectos, com princípios defendidos pelo Sindicato dos Professores da Região Açores", conclui a tomada de posição sindical.

O documento do SPRA inclui ainda as apreciações na especialidade.

> ver documento na íntegra em www.spra.pt).

"...na proposta recentemente apresentada pelo Governo Regional, a carreira, supostamente, desenvolve-se em 34 anos, no entanto, por via das normas transitórias. docentes há que atingem o 10.º escalão, índice 370, entre 35 e 39 anos, conforme o seu posicionamento na actual carreira."



Periodicidade dos Concursos Interno e externo do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário

# Retrocesso inaceitável

O Sindicato dos Professores da Região Açores considera um retrocesso inaceitável a decisão do Governo Regional de alterar a periodicidade dos concursos interno, externo de um para quatro anos. Este procedimento não só contraria posições públicas do partido que sustenta o Governo, no que diz respeito ao combate à precariedade, como também significa uma clara submissão política aos desígnios ditados pela conjuntura económica.'

"Em abono da verdade", realça o SPRA, "esta alteração da periodicidade do concurso externo significa a manutenção, por períodos que podem chegar a quatro anos, de necessidades permanentes do sistema educativo regional preenchidas por docentes contratados."

Depois de relembrar "a existência de escolas, na Região, com forte mobilidade de pessoal docente que coincidem, também, com as zonas e ilhas tendencialmente repulsivas de população e cujas escolas, sem mecanismos de fixação, se vêem anualmente confrontadas com a contratação de um número significativo de docentes, com claro prejuízo para a concretização dos respectivos projectos educativos", o parecer do SPRA lembra que "a alteração da periodicidade dos concursos do pessoal docente no Continente e na Região Autónoma da Madeira deu já um sinal claro do aumento exponencial das contratações, desde que, em 2009, se iniciaram os concursos quadrienais, facto que, certamente, terá o mesmo desfecho na Região Autónoma dos Açores".



Em 2010, o Ministério da Educação decidiu que o resultado da avaliação do desempenho docente passaria a ser considerado nos concursos do pessoal docente.

Deste modo, a avaliação qualitativa interfere directamente na graduação profissional dos docentes. Quem tiver *Muito Bom* ou *Excelente* é bonificado, respectivamente, com 1 ou 2 valores (artigo 14.º, número 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27 de Fevereiro) e a avaliação quantitativa tem um peso relevante na ordenação dos candidatos, por se tratar do primeiro factor de desempate, antes mesmo da classificação profissional e do tempo de serviço docente (artigo 16.º, número 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27 de Fevereiro).

Ao considerar a situação inadmissível, a FENPROF exigiu que fosse retirado o factor avaliação dos concursos, encetando várias lutas, até agora infrutíferas, por isso, continua a ser um dos pontos presentes nas suas reivindicações prioritárias.

A integração do resultado da avaliação docente nos concursos criou

Os docentes que leccionam na Região Autónoma dos Açores e na Madeira estão sujeitos a discriminação quando pretendem concorrer a um lugar de contratação ou a um quadro do continente.

um problema para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que têm legislação própria, pelo que os concursos do pessoal docente promovidos pelo Ministério da Educação prejudicam os docentes contratados e do quadro em exercício de funções nestas regiões, sempre que pretendam concorrer através dos concursos do continente.

Os docentes que leccionam na Região Autónoma dos Açores e na Madeira estão sujeitos a discriminação quando pretendem concorrer a um lugar de contratação ou a um quadro do continente. Segundo a legislação que se aplica aos concursos no continente, a avaliação quantitativa constitui um item do formulário, em que apenas são aceites os valores da avaliação de docentes abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho. Os docentes que prestam serviço na RAA, são avaliados segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2009/A, de 21 de Julho. Quando preenchem o formulário do concurso com a sua avaliação quantitativa no campo correspondente, aparece como campo inválido ou não avaliado, pois não são avaliados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho. Assim, independentemente do resultado obtido na avaliação docente, ficam prejudicados - são considerados não avaliados - e são ultrapassados, na lista de ordenação, por outros candidatos que foram avaliados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho. Gera-se, assim, uma discriminação entre os docentes que prestaram serviço na RAA e foram avaliados ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2009/A, de 21 de Julho, e os docentes que concorrem ao abrigo da legislação nacional.

No último concurso, através do formulário electrónico, os docentes contratados nos Açores foram, mais uma vez, impedidos de introduzir a sua avaliação e tiveram inúmeros problemas na validação dos *uploads* dos documentos.

O SPRA denunciou os problemas verificados ao Ministério da Educação, através da DGRHE e também comunicou a situação à Secretaria Regional da Educação e Formação, em 18 de Maio de 2011, através de ofício, exigindo a sua intervenção junto do Ministério da Educação.

O SPRA pretende que a SREF apoie os docentes que tutela, contribuindo para que esta situação seja ultrapassada, a fim de que os Professores e Educadores que prestam serviço na Região Autónoma dos Açores não sejam injustiçados e discriminados.

Uma possível solução passa por acautelar que, nos campos da avaliação, sejam aceites também as menções qualitativas e quantitativas atribuídas segundo o sistema de avaliação em vigor na Região Autónoma dos Açores. Compete à Secretaria Regional da Educação e Formação, junto do Ministério da Educação, procurar resolver esta situação.

Nuno Fonseca, Dirigente da Área Sindical de S. Miguel

#### Depoimento

# A injustiça da não validação da avaliação no concurso nacional aos docentes dos Açores



Na verdade, o que sentimos é uma enorme injustiça.

É um sentimento frustrante por não existir a justiça e comunicação entre o Governo Regional e o Governo no continente na área da Educação. Continua-se a não saber valorizar o capital humano na educação.

Os contratados não podem ser vistos como "Lixo" ou "tapa buracos", "penetras". São pessoas que trazem

consigo o que mais inovador se faz ao nível da Educação em Portugal e até ao nível internacional.

Não nos podemos esquecer...que não falta muito para que os "efectivos" passem a contratados e ai seremos todos!

A nossa avaliação não contar para o concurso de pessoal docente no continente é pedir aos que investem na Região Autónoma dos Açores que, aos poucos, comecem a virar as costas a quem não lhes dá o valor devido.

Estou nos Açores longe da minha família desde 2008 através de concurso público e sem qualquer apoio também porque o Governo Regional necessita de professores. Criei expectativas e tenho investido na Região!

No momento em que se poderia investir na qualidade da educação em Portugal, escolhe-se fazer o contrário!

Continuamos com falta de visão nas sucessivas Lideranças...Continuo envergonhado com o meu Pais.

O valor que nos dão, aos contratados, é igual ao valor, que na realidade dão ou têm dado à Escola Pública Portuguesa!♦

# Mário Nogueira em discurso directo



## "Dar expressão pública e frequente à nossa indignação"

Salários, emprego, direitos... têm sido os ataques mais fortes desferidos pelos últimos governos contra os trabalhadores portugueses. Justificamse pela crise que o país atravessa? MN: Têm sido ataques violentíssimos e que tendem a agravar-se. Como sabemos, não foram essas políticas violentas contra quem trabalha que resolveram os problemas do país, pelo contrário, hoje são ainda mais graves. A especulação financeira, a ganância do capital nacional e internacional e as políticas de direita que têm e continuarão a ser desenvolvidas não pararão e terão sempre os trabalhadores debaixo de mira. Já temos quase 800.000 desempregados, 1.200.000 precários, 2.500.000 pobres, 40% de crianças em situação de pobreza... onde vamos parar? Podemos aceitar este caminho? Claro que não e só há uma saída: lutarmos, lutarmos muito, lutarmos mais do que temos feito, darmos expressão pública e frequente à nossa indignação, à nossa revolta e à recusa de continuarmos a ser alvos e vítimas deste ataque. Se não o fizermos, outros não o farão por nós. Esses, quando nos comerem a carne, deitarão fora os ossos, como descartáveis que nos tratam. Então, primeiro passo desse outro

## Então, primeiro passo desse outro caminho?

MN: Sem dúvida, a renegociação da dívida. Se isso não acontecer, será a catástrofe.

# Eleições do Sindicato dos Professores da Região Açores

Realizaram-se no passado dia 27 de Maio, p.p., as eleições dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores, às quais, a actual Direcção concorreu com uma lista sob o lema "REVALORIZAR A PROFISSÃO E DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA".

Estas eleições, no SPRA, tiveram uma significativa participação dos associados, tendo votado, em todas as Áreas Sindicais, mais de 50% do total dos sócios inscritos nos cadernos eleitorais.

A lista eleita obteve, nas diferentes Áreas Sindicais e nos diferentes Órgãos, resultados entre os 89,4% e os 100% dos votos expressos. (ver quadro de resultados regionais).

Este resultado obtido pela lista "REVALORIZAR A PROFISSÃO E DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA" legítima o SPRA e os seus dirigentes agora eleitos, num tempo em

que se exige organizações sindicais fortes e com grande capacidade de intervenção, perante uma conjuntura tão adversa, em que os desafios e as lutas serão, certamente, longos e difíceis.

Realizadas as eleições para o triénio 2011/2014, tomaram posse, no dia 9 de Junho, pp., os novos Corpos Gerentes, que, na sua primeira reunião de Direcção, elegeram, como Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, **António José Calado Lucas**, que tomou posse no passado dia 4 do mês de Julho.

Este resultado eleitoral fortalece, de facto, o SPRA que continuará a desenvolver, intransigentemente, um intenso combate em torno de propostas que promovam a qualidade na educação, defendam a escola pública e dignifiquem a profissão docente.

Clara Torres

| Órgãos Regionais                | Votação |
|---------------------------------|---------|
| Mesa da Assembleia Geral        | 96,3 %  |
| Direcção                        | 96,4 %  |
| Conselho Fiscal e de Jurisdição | 95,8 %  |

| Áreas Sindicais | Órgão              | Votação |
|-----------------|--------------------|---------|
| Santa Maria     | Mesa da Assembleia | 89,4 %  |
|                 | Comissão Directiva | 89,4 %  |
| São Miguel      | Mesa da Assembleia | 95,9 %  |
|                 | Comissão Directiva | 95,2 %  |
| Terceira        | Mesa da Assembleia | 97,6 %  |
|                 | Comissão Directiva | 96,9 %  |
| Graciosa        | Mesa da Assembleia | 96,8 %  |
|                 | Comissão Directiva | 96,8 %  |
| São Jorge       | Mesa da Assembleia | 98,2 %  |
|                 | Comissão Directiva | 100 %   |
| Pico            | Mesa da Assembleia | 97,6 %  |
|                 | Comissão Directiva | 98,8 %  |
| Faial           | Mesa da Assembleia | 100 %   |
|                 | Comissão Directiva | 97,6 %  |
| Flores          | Mesa da Assembleia | 94,9 %  |
|                 | Comissão Directiva | 94,9 %  |

#### Tomada de posse dos Corpos Grentes do SPRA (2011/2014)

# Presidente da Assembleia Geral exorta novos Corpos Gerentes a continuarem "empenhados na defesa da valorização e dignificação do trabalho"

Nos tempos difíceis que vivemos, só com grande espírito altruísta é possível defender causas colectivas. Por isso, há que enaltecer aqueles e aquelas que, perante as crescentes limitações ao exercício da actividade sindical, se disponibilizam para dar o melhor do seu esforço e, muitas vezes, do seu tempo pessoal, em prol de um sindicalismo que se esforça por contrariar posturas anti-democráticas, estados de alma resignados ou acomodados e atitudes individualistas que comprometem a defesa dos interesses colectivos, gerando fragilidades redutoras de direitos fundamentais, alcançados com muito sacrifício e muita luta pelas gerações que nos precederam.



Armando Dutra, Presidente da Assembleia Geral do SPRA

As palavras são de Armando Dutra, Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Professores da Região Açores, que, por motivos de força maior, não esteve presente na Tomada de Posse dos membros dos novos Corpos Gerentes do SPRA (9 de Junho), para o triénio 2011/2014, organização que "que pela sua maior longevidade, representatividade e acção sindical tem desenvolvido um trabalho meritório no âmbito do sindicalismo, contribuindo para que a Educação e a Cultura, na Região Autónoma dos Açores, sejam pilares do desenvolvimento regional e da açorianidade".

Lembrando que "o SPRA pretende ser parceiro activo na construção e desenvolvimento das políticas educativas regionais, porque considera que os projectos educativos, concebidos e implementados sem o envolvimento e

aceitação dos docentes, dificilmente atingem os fins a que se propõem", Armando Dutra citou o Bispo do Porto, D. Manuel Clemente: "temos de procurar em conjunto respostas que não podemos obter sozinhos". Por isso, há que repensar determinadas medidas de política educativa que outra virtude não têm senão estimular acções e comportamentos individualistas, em vez de fomentar o trabalho solidário e cooperativo."

#### A arte de governar também se avalia em função da capacidade de saber gerar consensos

"Perante recentes declarações da nova titular da pasta da Educação, ao afirmar que "esta não é a secretaria regional dos professores, mas a Secretaria Regional da Educação", importa referir que a classe docente

tem plena consciência de que os destinatários do trabalho e das preocupações dos agentes educativos são os alunos; sabe que a tutela não está ao serviço dos Professores e Educadores; mas também sabe que é obrigação da Secretaria da Educação criar as melhores condições para que os docentes possam exercer a sua acção com autonomia, dignidade e respeito pelo seu trabalho", observou o Presidente da AG do SPRA, que comentaria mais adiante:

"Em democracia, a arte de governar também se avalia em função da capacidade de saber gerar consensos na promoção do interesse colectivo. Os governantes não podem desconsiderar, descredibilizar ou marginalizar aqueles que são os executantes das suas

"Quando a lei sindical nacional nos era mais favorável, governantes regionais ousaram fazer valer as suas competências para restringir os créditos sindicais, invocando o interesse público, com o argumento de que, no essencial, estavam garantidas as condições mínimas de funcionamento e que não pretendiam pôr em causa a acção sindical, por a considerarem relevante numa sociedade democrática. Não é admissível que o mesmo Governo, ainda que com outros governantes, pretenda, novamente, impor mais constrangimentos às organizações sindicais de professores, utilizando a lei nacional, agora mais desfavorável, como ameaça ou arma de arremesso. Caso tal aconteça, estará dado mais um passo para que a nossa Região regrida ao nível do exercício democrático."

**Armando Dutra** 

Armando Dutra, presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Professores

# "Há quem pretenda ver na fraqueza dos sindicatos açorianos uma vantagem para a acção governativa"

O presidente da assembleia geral do Sin-dicato dos Professores dos Açores, Arman-do Dutra, contestou a afirmação de Andreia Cardoso, quando afirmou que a secretaria re-gional que tutela "não é a secretaria regional os professores, mas a Secretaria Regional da Educação

Armando Dutra, que já foi presidente da direcção da estrutura sindical, referiu no acto de posse dos novos érgãos dirigentes da estrutura sindical que a classe docente "tem na consciência de que os destinatários do trabalho e das preocupações dos agentes educativos são os alunos; sabe que a tuteia não está ao serviço dos Profess cadores; mas também sabe que é obrigação da Secretaria da Educação criar as melhores condições para que os docentes possam exer-cer a sua acção com autonomia, dignidade e respeito pelo seu trabalho". "Em democracia, a arte de governar também se avalia em função da capacida-

de de saber gerar consensos na promoção do interesse colectivo", afirma para, depois, sublinhar que os governantes "não podem desconsiderar, descredibilizar ou marginalizar aqueles que são os executantes das suas políticas".

políticas".
"Quem dirige não pode olhar para os seus profissionais como adversários. O que se espera da sua acção é que saibam moti-var, mobilizar e incutir confiança, de modo a promoverem a eficácia do trabalho daqueles que enfrentam, no terreno, as dificuldades de aplicação das normas e orientações superiores, nem sempre as mais adequadas", pala-vras de Armando Dutra.

vras de Armando Dutra.

O dirigente sindical considera que os
princípios básicos da psicologia e da pedagogía "não devem ser ignorados pelos responsáveis que diariamente reclamam a suaplicação", sublinhando que "a pedagogia
do autoritarismo há muito foi banida das escolas, sendo preciso que o seja em todas as nstâncias do poder".

as, no respeito pela pluralidade de outras

opiniões igualmente legitimadas". Armando Dutra realça que, ao Sindicato dos Professores dos Açores, como "legítimo" epresentante dos Professores e Educadores representante dos Professores e commencia na Região Açores, "compete pugnar pelo reconhecimento e importância da sua acção junto do poder político, fazendo-lhe sentir





res querem continuar a ter um papel activo na Educação na Região

entre governantes e governados".

"Há quem pretenda ver na fraqueza

"Há quem pretenda ver na fraqueza dos sindicatos uma vantagem para a acção governativa. Falsa ilusão para quem governa, porque ao agirem neste sentido estão a abrir portas ao aparecimento de novas formas de mobilização social, de efeitos bast imprevisíveis. Falsa ilusão também para os imprevisiveis. Faisa itusao tambem para os que se deixam itudir por protagonistas de circunstância, porque se é dificil ao movi-mento sindical, devidamente organizado, estruturado e legitimado, resistir à usurpação dos direitos de quem trabalha, numa socie-dade que se deseja humanizada e civilizada, muito pior será desacreditar o trabalho sindi-cal e os seus dirigentes, para confiar naqueles

que, sem estruturas e, por vezes, sem ro-não têm qualquer hipótese de exercer u acção reivindicativa persistente e perman te, com a força necessária para exercer u magistratura de influência credivel junto instâncias do poder", palavras do sindica

colectivos, gerando fragilidades redutoras de direitos fundamentais, alcançados com mui-to sacrificio e muita luta pelas gerações que nos precederam".

#### Princípios sindicais postos em causa

Em sua opinillo, "não é justo que os governantes regionais utilizem a realidade insular e arquiplesliçac como argumento revindicativo no âmbito da politica externa e depois a ignorem em decisões de política interna. É de todo inaceitivel que a autonomia e o funcionamento de organizações sindicais regionais sejam condicionados ou postos em causa, ao pretender-se aplicar leis nacionais que não tiveram em condicionados ou postos em causa, ao pretender-se aplicar leis nacionais que não tiveram em condicionados ou postos em causa, ao pretender-se aplicar leis nacionais regionais ousaram mem condicionado nosas realidade insular", completa.

Explica que, quando a lei sindical macional "nos era mais favorável, governantes regionais ousaram fluer valer as suas competências para restringir os créditos sindicais, invocando o interesse público, com o argumento de que, no ressencial, estavam garantidas as condições mínimas de funcionamento e que não pretendiam põe em causa a acçido sindical, por considerarem-na relevante numa sociedade democrática".

Nesta óptica considera que "não é admissivel que o mesmo Governo, ainda que com outros governantes, pretenda, novamente, impor mais constrangimentos às organizações sindicais de professores, utilizando a lei nacional, agon mais desfraorível, como ameaço ou arma de arremesso. Caso tal acontece, estará dado mais um passo para que a nossa Região regida ao nivel do exercício democrático".

Afirma Armando Dutra que a democracia

"não devem depender dos humores pessoais dos governantes".

O Sindicato dos Professores da Região Açores assume que pretende ser "parceiro activo na construção e desenvolvimento das políticas educativas regionais", porque considera que os projectos educativos, concebidos e implementados "sem o envolvimento e aceitação dos docentes, dificilmente atingem os fins a que se propõem".

"Como dizão o bispo do Porto D. Manuel Clemente, 'temos de procurar em conjunto respostas que não podemos obter sozinhos". Por isso, há que repensar deteminadas medidas de políticas educativa que outra virtude não têm senão estimalar acções e comportamentos individualistas, em vez de fomentar o trabalho solidário e cooperativo", concluiu o presidente da assembleia geral da estrutura sindical. P

políticas. Quem dirige não pode olhar para os seus profissionais como adversários. O que se espera da sua acção é que saibam motivar, mobilizar e incutir confiança, de modo a promoverem a eficácia do trabalho daqueles que enfrentam, no terreno, as dificuldades de aplicação das normas e orientações superiores, nem sempre as mais adequadas."

Noutra passagem, o dirigente sindical afirmou:

"Considero que os princípios básicos da psicologia e da pedagogia não devem ser ignorados pelos responsáveis que diariamente reclamam a sua aplicação. A pedagogia do autoritarismo há muito foi banida das escolas, sendo preciso que o seja em todas as instâncias do poder. O exercício da autoridade é útil e necessário, mas tem de vencer pela coerência, sensatez e qualidade das propostas, no respeito pela pluralidade de outras opiniões igualmente legitimadas."

#### "Falsa ilusão"

"Ao SPRA, como legítimo representante dos Professores e Educadores na Região Açores, compete pugnar pelo reconhecimento e importância da sua acção junto do poder político, fazendolhe sentir quão importante é, para uma democracia representativa, ter organizações que, de forma organizada e responsável, funcionam, muitas vezes, como catalizadores das tensões sociais entre governantes e governados", salientou Armando Dutra, que afirmaria mais adiante:

"Há quem pretenda ver na fraqueza dos sindicatos uma vantagem para a acção governativa. Falsa ilusão para quem governa, porque ao agirem neste sentido estão a abrir portas ao aparecimento de novas formas de mobilização social, de efeitos bastante mais imprevisíveis. Falsa ilusão também para os que se deixam iludir por protagonistas de circunstância, porque se é difícil ao movimento sindical, devidamente organizado, estruturado e legitimado, resistir à usurpação dos direitos de quem trabalha, numa sociedade que se deseja humanizada e civilizada, muito pior será desacreditar o trabalho sindical e os seus dirigentes, para confiar naqueles que, sem estruturas e, por vezes, sem rosto, não têm qualquer hipótese de exercer uma acção reivindicativa persistente e permanente, com a força necessária para exercer uma magistratura de influência credível junto das instâncias do poder."

#### Causas colectivas

"Nos tempos difíceis que vivemos, só com grande espírito altruísta é possível defender causas colectivas. Por isso, há que enaltecer aqueles e aquelas que, perante as crescentes limitações ao exercício da actividade sindical, se disponibilizam para dar o melhor do seu esforço e, muitas vezes, do seu tempo pessoal, em prol de um sindicalismo que se esforça por contrariar posturas anti-democráticas, estados de alma resignados ou acomodados e atitudes individualistas que comprometem a defesa dos interesses colectivos, gerando fragilidades redutoras de direitos fundamentais, alcançados com muito sacrifício e muita luta pelas gerações que nos precederam", registou Armando Dutra.

#### Lei sindical

Ao destacar que "não é justo que os governantes regionais utilizem a realidade insular e arquipelágica como argumento reivindicativo no âmbito da política externa e depois a ignorem em decisões de política interna", Armando Dutra realçou: "É de todo inaceitável que a autonomia e o funcionamento de organizações sindicais regionais sejam condicionados ou postos em causa, ao pretender-se aplicar leis nacionais que não tiveram em conta a nossa realidade insular."

"Quando a lei sindical nacional nos era mais favorável, governantes regionais ousaram fazer valer as suas competências para restringir os créditos sindicais, invocando o interesse público, com o argumento de que, no essencial, estavam garantidas as condições mínimas de funcionamento



e que não pretendiam pôr em causa a acção sindical, por a considerarem relevante numa sociedade democrática. Não é admissível que o mesmo Governo, ainda que com outros governantes, pretenda, novamente, impor mais constrangimentos às organizações sindicais de professores, utilizando a lei nacional, agora mais desfavorável, como ameaça ou arma de arremesso. Caso tal aconteça, estará dado mais um passo para que a nossa Região regrida ao nível do exercício democrático. A democracia não se reduz a meros pressupostos teóricos, concretiza-se em actos. Os Sindicatos não devem depender dos humores pessoais dos governantes. Estes não podem querer que estas organizações sejam parceiros activos na emissão de pareceres e propostas e depois retirar-lhes as condições para que possam desempenhar legitimamente tais funções", afirmou noutra passagem.

#### Esperança

"Perante a conjuntura adversa que vivemos, dirijo a todos os membros dos corpos gerentes do SPRA, que hoje tomam posse, palavras de estímulo e de esperança, para que continuem empenhados na defesa da valorização e dignificação do trabalho, no país e no mundo, através das mais diversas organizações em que participam, e, de modo particular, nesta Região, considerando e respeitando as nossas especificidades próprias, que são, afinal, a razão fundamental do aprofundamento da autonomia política e administrativa que reivindicamos", referiu.

"Aos que cessam funções sindicais, o nosso reconhecimento e gratidão pelo trabalho que desenvolveram em prol da Educação e de maior justiça social, certo de que continuam connosco nesta partilha de ideais e de afirmação do movimento sindical", concluiu Armando Dutra.

António Lucas, na sua tomada de posse como Presidente do SPRA:

# Um Sindicato forte e batalhador em tempo de crise!



"Num clima de recessão económica e social, em que os problemas da sociedade açoriana, certamente, se irão reflectir na escola, em que a tutela irá reduzir os custos com pessoal, essencialmente por via da redução da contratação, e os orçamentos do fundo escolar sofrerão cortes significativos. É neste contexto, com um crédito de horas para a actividade sindical ainda mais limitado, que o SPRA lutará pela defesa de uma escola pública de qualidade e pela revalorização da profissão docente."

São palavras de António Lucas, na sua tomada de posse como presidente da nova Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores, iniciativa que decorreu no passado dia 4 de Julho, em Ponta Delgada.

Referindo que "a situação no nosso país acompanha a tendência internacional", o Presidente do SPRA, neste arranque para novo mandato, lembrou que "a matriz do pensamento neoliberal tem conduzido os destinos do país, de forma mais ou menos velada, nas últimas décadas, agravada pela incapacidade política para a definição de um modelo de desenvolvimento para o país e pelas clientelas políticas e interesses instalados, que têm drenado os escassos recursos."

"Portugal está hoje refém dos credores internacionais e da complexa teia criada pela guerra dólar *versus* euro, que tem levado a Alemanha a definir uma estratégia para a União

Europeia que se confunde com os interesses específicos daquele país e a sua posição no mercado europeu e global", acrescentou o dirigente sindical.

#### Degradação dos serviços públicos

Numa análise à situação do país, António Lucas afirmaria, noutra passagem: "Os trabalhadores e as franjas mais desfavorecidas da população têm sido as principais vítimas das políticas implementadas, nos últimos anos, no nosso país. A desfragmentação do frágil Estado Social tem sido tónica recorrente e não será difícil antever o aprofundamento desta política através do contínuo aumento de impostos e da degradação dos serviços públicos. As alterações à legislação laboral têm-se focalizado na desvalorização do trabalho, na manutenção de vínculos precários e será de conjecturar a facilitação do despedimento. Esta tendência apresenta-se de forma transversal no sector público e privado."

Referindo-se concretamente à Região, o Presidente do SPRA observou que nesta "região ultraperiférica e fortemente dependente do sector público e da agro-pecuária, os efeitos da crise fizeram-se sentir um pouco mais tarde, fruto da forte intervenção do sector público na economia regional, no entanto, temo que a crise na Região venha a ter efeitos ainda mais brutais do que no restante território nacional e que se possa prolongar por mais tempo."

António Lucas deixou, depois, este

alerta: "O memorando com as medidas impostas pelos credores, o célebre "memorando da troika", propõe uma redução de seis por cento dos trabalhadores da administração regional e local - lembro que, no caso da administração central, é de três por cento, para além do agravamento de impostos como o IVA, IRC e IRS - e incentiva a aproximação destes regimes, mais favoráveis nas regiões autónomas, ao regime do continente. Os acorianos ficarão, assim, com um regime tributário idêntico ao do do continente e com os custos agravados da ultra-periferia."

Depois de salientar que "o investimento público, um dos principais dinamizadores da economia regional, irá também, certamente, cair, por via das reduções das transferências do Orçamento de Estado", o Presidente do SPRA e membro do Secretariado Nacional da FENPROF registou: "O fim das quotas leiteiras e o acordo entre a União Europeia e o MERCOSUL para a crescente liberalização do mercado da carne bovina levarão, inevitavelmente, à falência de inúmeras explorações agrícolas e a reconversões que ainda não parecem pensadas."

# Na era do neoliberalismo

"A minha tomada de posse e o início de funções da actual Direcção surgem num contexto político, social e económico de grandes dificuldades aos níveis global, nacional e regional. As correntes de pensamento neoliberal que se iniciaram no último quartel do século XX e que se têm vindo a aprofundar e a desenvolver, neste início de século, têm conduzido ao desmantelamento do Estado Social, ao aumento da precariedade e à desvalorização do trabalho.

Nos Estados Unidos da América, o valor da hora de trabalho não qualificado tem hoje o mesmo valor de 1979, ou seja, cinco dólares. Paralelamente, assistimos, um pouco por todo o mundo desenvolvido, ao crescimento do desemprego, fruto das deslocalizações das multinacionais para o Oriente e regiões periféricas dos centros económicos, simultaneamente, verificam-se os aumentos de impostos não para serem aplicad<u>os nas</u> funções sociais do Estado, mas para aumentarem a liquidez do sector financeiro, ainda a recuperar das especulações do mercado imobiliário.

António Lucas, Presidente do SPRA

#### Ainda a Tempo



### FENPROF organiza 3.<sup>a</sup> Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação

Está em marcha a actividade preparatória da 3.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação, iniciativa que a FENPROF vai realizar nos dias dias 4 e 5 de Novembro próximo (sexta feira e sábado), no Auditório da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Com este debate, a Federação pretende avaliar a situação no ensino superior e na investigação científica, designadamente quanto à política de financiamento deste serviço público, bem como quanto ao desenvolvimento das orientações de Bolonha e aos constrangimentos ao desenvolvimento das carreiras profissionais.

A 3.ª Conferência visa, ainda, destaca o regulamento já divulgado na página electrónica da FENPROF, proceder à análise e discussão das formas de organização da acção dos docentes do ensino superior e dos investigadores, bem como da ligação,

acompanhamento e envolvimento na acção sindical dos bolseiros de investigação".

É a seguinte a ordem de trabalhos provisória:

- 1. A avaliação de desempenho dos docentes e dos investigadores;
- 2. Carreiras docentes e de investigação, salários e concursos;
- 3. As fundações no quadro global da autonomia, da gestão, da rede e do financiamento;
- **4.** A FENPROF no ensino superior e na investigação.

# SPRA

#### 6 perguntas e seis respostas

# Acordo com a "troika" não é inevitável e não é lei!

#### 1.

# O que representa, na verdade, o acordo assinado com a "troika"?

O programa imposto pela *troika* (FMI-UE-BCE), com submissão ou apoio do Governo PS, do PSD, do CDS, e do Presidente da República, consubstancia-se como um golpe de estado constitucional, um ataque fortíssimo à democracia e à soberania nacional, uma clara capitulação perante a ingerência externa, uma negação do desenvolvimento do país, um autêntico atentado aos trabalhadores (as) e ao povo. Este "Acordo" não é inevitável e jamais pode ser entendido como lei.

Tal como aconteceu na Grécia e na Irlanda, este compromisso, agora ratificado pelo ECOFIN (Ministros da Economia e Finanças da UE), não só não responde a nenhum dos problemas estruturais do país, como os ignora e agrava ostensivamente.

#### 2.

#### A quem serve tal "acordo"?

Ele é, objectivamente, um programa político ao serviço dos grandes accionistas de grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais, contra os trabalhadores, contra a esmagadora maioria dos portugueses e das portuguesas, contra o futuro do país.

#### 3.

# Quais são as suas consequências mais gravosas?

Trata-se de um "acordo" que gera recessão, desemprego, injustiças, desigualdades e pobreza. Despreza o crescimento económico, a criação de emprego com direitos e o combate eficaz ao desemprego. Não evita, antes propicia, perigosas rupturas sociais.

Dele decorre que, em 2012, Portugal vai ser o único país da Zona Euro em recessão, com um PIB a recuar para o nível de 2002, fazendo, assim, retroceder, em 10 anos, a capacidade de produção da riqueza nacional.

As taxas de juro a aplicar são insustentáveis e as políticas defendidas pelas *troikas* (nacional e estrangeira) terão como consequência o aumento da dívida, a exemplo do que hoje já acontece com a Grécia. Só reestruturando a dívida com prazos alargados e taxas de juro significativamente mais baixas será possível colocar a economia portuguesa a crescer.

A resolução dos problemas do país passa pela dinamização da produção nacional (agricultura, pescas, indústria), pela valorização do trabalho e dignificação dos trabalhadores.

#### 4.

# A legislação laboral é um dos alvos deste "acordo"?

Sem dúvida! ACGTP-IN rejeita a revisão da legislação laboral para facilitar e tornar mais barato o despedimento, fomentar a precariedade, reduzir o subsídio de desemprego e demais prestações. Trata-se de um ataque sem precedentes aos direitos do trabalho para brindar o patronato com mais lucros. Esses sacrifícios seriam ainda acentuados com o aumento brutal do custo



É inadmissível a pretensão de esvaziar os direitos das convenções colectivas de trabalho, reduzindo a retribuição e desregulamentando os horários de trabalho de acordo com os interesses patronais, colocando os trabalhadores a trabalharem mais e a receberem menos.

É inaceitável a redução da Taxa Social Única a pagar pelo patronato para a Segurança Social, porque o seu impacto na competitividade é residual, porque fragilizaria o sistema contributivo que substitui os rendimentos do trabalho e levaria ao enfraquecimento e privatização do sistema.

de vida e com a redução do poder de compra dos salários e das pensões.

A opção por esta política, desastrosa para o país e para os portugueses, teria ainda como consequência a venda ao desbarato de empresas estratégicas para o interesse nacional, o ataque ao poder local democrático com a eliminação de freguesias e municípios, em prejuízo de políticas de proximidade e de apoio às populações, e concretizaria uma perigosa reconfiguração do Estado Social, fragilizando as suas funções, nomeadamente, nas áreas da Saúde, da Educação e da Justiça.

#### 5.

# Que atitude deve tomar o movimento sindical?

Por tudo isto, dizemos que *basta* de apelos hipócritas e cínicos à convergência nacional para continuar a encher os bolsos dos mesmos e para assegurar a continuação no poder dos que colocaram o país na situação de descalabro em que se encontra.

A CGTP-IN continuará a combater estas políticas, lutando contra as medidas imorais, injustas e inadmissíveis que colocam em causa os direitos, a dignidade e o nível de vida dos trabalhadores e da população, que hipotecam fortemente o futuro dos mais jovens, que provocam um retrocesso social e civilizacional profundíssimo no nosso país.

# **6.** É possível outro rumo?

Sem dúvida! É inadiável tirar o país da recessão e fazer crescer a economia, renegociar a dívida e os seus prazos e juros. Como o Congresso da CES aprovou no dia 16 de Maio, em Atenas, "as taxas de juros não devem ser mais elevadas do que aquelas com que os bancos se refinanciam junto do BCE, .... os seus prazos devem ser alargados e .... o objectivo de 3% para o défice deve apenas ser alcançado em 2016/2017".

É preciso apostar vigorosamente na produção e no produto nacional para se criar riqueza e emprego com direitos, reduzir as importações e o endividamento externo.

É fundamental efectivar e dinamizar a contratação colectiva no rumo do progresso e rejeitar todas as alterações da legislação laboral que visem desequilibrar ainda mais as relações de trabalho, a favor do patronato. Os salários e os direitos dos trabalhadores têm de ser livremente negociados.

É necessário dinamizar o mercado interno, melhorando o poder de compra dos salários e das pensões e assegurando uma mais justa distribuição da riqueza.

É indispensável obter receita, fazendo pagar mais a quem mais riqueza tem e combatendo a fraude e a evasão fiscais, os paraísos fiscais e a economia clandestina.

É imprescindível garantir e implementar políticas sociais de protecção aos mais desfavorecidos e investimento nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado.



#### Violência das medidas impostas a Portugal abaterse-á impiedosamente (também) sobre os professores e as escolas

Ao contrário do que afirmam os que deram o seu acordo ao Memorando com a "troika", as medidas que estão a ser impostas serão muito violentas para o país e para os portugueses, reflectindo-se de forma muito negativa na Educação, em particular nas condições de organização e funcionamento das escolas e nas condições de trabalho e de vida dos professores e educadores, alertava o Secretariado Nacional da FENPROF.

Quanto às escolas, o prosseguimento da constituição de megaagrupamentos é das medidas mais visíveis, como, aliás, já referia o PEC 4, ficando pouco claro como se pretendem estabelecer, para o futuro, as regras de financiamento das escolas. Claro é o corte de 400 milhões de euros a impor à Educação, em 2012 e 2013, o que significa que, em apenas três anos (incluindo 2011), a redução orçamental será de 1.200 milhões de euros o que terá consequências muito graves para o sector e um impacto gravíssimo na qualidade educativa, destacava a nota emitida pela Direcção da FENPROF a partir de Lisboa.

Sublinhando que "também em

relação aos docentes, enquanto trabalhadores, profissionais da educação e cidadãos, as medidas terão um forte e grave impacto nas suas condições de exercício da profissão e de vida", a Federação apontava:

- As carreiras continuarão congeladas em 2012 e 2013, perfazendo, com perdas anteriores, 5,5 anos de tempo de serviço não contado;
- Os salários estarão congelados durante o mesmo período, desvalorizando-se, entre outros factores, devido à inflação;
- O salário líquido aquele que, realmente, é recebido sofrerá uma



forte redução devido à alteração das regras de IRS, designadamente com a eliminação de deduções fiscais na saúde, educação, aquisição de casa...

As pensões de aposentação serão ainda mais reduzidas, através da aplicação de uma "taxa de redução" semelhante à que já se aplica aos salários;

- Milhares de professores contratados ficarão desempregados, por força da redução das contratações na Administração Pública. O primeiro grande impacto terá lugar já em Setembro próximo;
- Milhares de lugares do quadro serão eliminados para satisfazer a redução anual de trabalhadores do quadro, imposta pela "troika" estrangeira, em 2012, 2013 e 2014;
- O subsídio de desemprego será reduzido no seu valor e no período de duração;
- Na Saúde, as consequências serão igualmente gravosas com a redução do orçamento da ADSE em 30%, em 2012, e 20%, em 2013, o que poderá pôr em causa o próprio sistema. Os docentes irão descontar mais, mas perderão apoios e as comparticipações serão reduzidas, sendo ainda obrigados a pagar taxas

moderadoras e medicamentos a custo superior;

Para além do IRS, os professores, como os restantes trabalhadores portugueses, serão sujeitos a um aumento de carga fiscal, designadamente com a aplicação de taxas superiores de IVA a bens e produtos a que hoje se aplica a taxa mínima. Também os impostos municipais se agravarão para compensar os cortes que sofrerão, nos próximos anos, os orçamentos das autarquias;

#### Custo de vida

A Direcção da FENPROF observa ainda: "Os professores, como os demais trabalhadores, serão ainda vítimas

do aumento do custo de vida que resultará do agravamento dos juros bancários, do aumento de preços da electricidade, dos transportes e dos produtos petrolíferos, para além das consequências, para o país e para os cidadãos, decorrentes do gravíssimo pacote de privatizações que se pretende impor. Não se podem esquecer também "todas as medidas que o governo já tinha imposto e se aplicarão a partir de Setembro, designadamente ao nível dos horários de trabalho e da organização da vida nas escolas. São medidas, recordase, que levarão à eliminação de milhares de horários, logo, postos de trabalho".

A concretizarem-se, estas medidas "terão consequências gravíssimas para o país e, naturalmente, para a Escola Pública e os professores e educadores. A experiência de outros países, em que medidas deste tipo foram impostas, prova que os problemas não se resolveram, pelo contrário, agravaram-se e apenas lucraram aqueles que vivem desta exploração desenfreada dos povos."

"Calar a indignação e a revolta seria a pior opção, pelo que a FENPROF tudo fará para mobilizar os docentes para as lutas que se tornam, essas sim, inevitáveis e urgentes!", conclui a nota sindical.



#### Manuel Carvalho da Silva:

# as políticas que nos serão impostas terão um forte impacto nas nossas vidas

Em recentes declarações públicas, o secretário-geral da CGTP-IN fez questão de assinalar que as medidas que nos estão a ser impostas serão agravadas no futuro. "Isto não é efémero. Isto veio para ficar", alerta Carvalho da Silva. Para o dirigente sindical, "seria bom que reflectíssemos sobre os impactos das políticas que nos estão a ser impostas". Na sua comunicação, Carvalho da Silva fez questão de vincar que "com a aplicação do programa da troika estrangeira", devemos preocupar-nos com a comunicação e o debate do presente e do futuro do país. "Em visitas às escolas, percebe-se que é importante e é possível levar aos jovens uma reflexão fundamental sobre a sociedade e o trabalho e as perspectivas de desenvolvimento social e económico", disse, referindo-se à sua experiência pessoal de contactos com alunos, a convite dos próprios estabelecimentos de ensino.

Chamando a atenção para o facto de se menosprezar o exercício da cidadania, o questionamento da realidade e a criatividade das novas gerações sobre o futuro, o secretário-geral da CGTP-IN lançou um apelo - coloquemos aos outros reflexões que não terão por sua iniciativa, para que eles possam questionar-se a si e a outros sobre o seu papel na sociedade. Esse questionamento, como referiu, deve ser feito a partir de perguntas tão simples como: O que mudou no Portugal pós Abril de 74? O que é o Portugal de hoje? Valeu ou não a pena? Quais são os indicadores que temos de desenvolvimento comparativamente com o período anterior? O que nos querem fazer e que constitui um retrocesso? Como é na Educação? E na Saúde? E nas infra-estruturas sociais? Devemos ou não continuar a centrar as nossas preocupações na melhoria das condições de vida?♦

União de Sindicatos de Angra realizou plenário inserido na jornada nacional de luta da CGTP-IN e entrega Moção ao Representante da República

# Avançar na luta por uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos e do País!

O aumento da pobreza e exclusão social nos Açores, tendo como referencia os números do Banco de Portugal em 2009, que apontavam para 50 mil acorianos a viver com menos de 400 euros por mês e mais de 31 mil famílias açorianas com 540 euros mensais, contabilizando o subsídio de férias e de Natal, é uma das preocupações do movimento sindical na Região e é destacada na moção aprovada no Encontro de Dirigentes, Delegados e Activista Sindicais. A iniciativa, promovida pela União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/CGTP-IN, decorreu na sede do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA).

Este encontro, que chamou a atenção para os problemas que afectam os trabalhadores e sociedade portuguesa, especialmente os trabalhadores açorianos, inseriu-se na Jornada de Luta Nacional promovida pela CGTP-IN em todo o território nacional



A moção aprovada pelos sindicalistas alerta para a "essência das políticas assumidas pelos governos quer na Republica, quer na Região e as práticas do patronato estão a conduzir à continuação do enriquecimento dos detentores do poder económico e financeiro e a impor novos sacrifícios aos trabalhadores, provocando mais desigualdades, mais injustiças, quebras de solidariedades e o alargamento da pobreza na nossa sociedade. "

Noutra passagem, o documento aprovado em Angra refere que tanto a nível nacional, como a nível regional, "o aparelho produtivo continua a ser destruído, estagna o investimento, cresce o desemprego e a precariedade, diminui a qualidade do emprego, mantêm-se as políticas de baixos salários e o ataque à contratação colectiva, aumenta o trabalho não declarado e ilegal e o desrespeito pelas leis, é posto em causa o papel do Estado e as funções da Administração Pública e são atacados direitos sociais fundamentais como o ensino, a saúde e a segurança social."

Estas políticas, lê-se mais adiante,

"não são solução no presente, como não foram no passado e muito menos o serão no futuro e que está mais que provado que os constantes sacrifícios impostos aos trabalhadores em nada contribuíram para a resolução dos nossos problemas, antes levaram a que se acentuassem dificuldades e atrasos que comprometem o efectivo desenvolvimento de todo país."

# Desinvestimento, falências, agravamento de impostos...

Noutra passagem, a moção lembra que "o investimento público, um dos principais dinamizadores da economia regional, irá certamente, diminuir por via das reduções das transferências do Orçamento de Estado (OE). Tendo presente o fim das quotas leiteiras e o acordo entre a União Europeia e o MERCOSUL para a crescente liberalização do mercado da carne bovina levarão, inevitavelmente, à falência de inúmeras explorações agrícolas."



Depois de sublinhar que o "memorando da troika", propõe uma redução de seis por cento dos trabalhadores da administração regional e local, enquanto, no caso da administração central, é de três por cento, para além do agravamento de impostos como o IVA, IRC e IRS. E incentiva a aproximação destes regimes, mais favoráveis nas regiões autónomas, ao regime do continente", a tomada de

posição da USAH regista: "Os açorianos ficarão, assim, com um regime tributário idêntico ao do continente e com os custos agravados da ultra periferia".

"Em média, um trabalhador açoriano ganha menos 100 euros mensais que qualquer outro trabalhador português. Ao mesmo tempo verifica-se o maior aumento de sempre no atraso e falta de pagamentos de remunerações, subsídios, bem como das contribuições para a segurança social", acrescenta.

#### Poder de compra

Três notas também em destaque na moção que temos vindo a citar:

- Estamos perante uma nova onda de medidas lesivas de direitos fundamentais dos trabalhadores, sustentadas



na sistemática invocação da crise, esquecendo as suas verdadeiras causas e não adoptando políticas capazes de as combater.

- Está em curso, por parte do patronato, um violento ataque à **contratação colectiva**, visando a eliminação de direitos de todos os trabalhadores, nomeadamente através da caducidade dos contratos, a que as normas do Código do Trabalho dão cobertura.
- Prossegue a degradação do **poder de compra** dos salários e das pensões, comido pelo constante aumento do preço de produtos e bens essenciais e pela manipulação de referenciais de inflação que é utilizado pelo patronato e pelo Governo para se oporem às legitimas reivindicações salariais dos trabalhadores, agrava a já injusta

distribuição da riqueza produzida e produzem mais desigualdades sociais.

#### Desemprego

A União de Sindicatos alerta para "o preocupante nível de **desemprego** já atingido, as enormes dificuldades de acesso ao mercado de emprego designadamente por parte dos jovens e dos trabalhadores mais

idosos, o aumento crescente da **preca- riedade**, nomeadamente dos contratos a prazo e do trabalho temporário, criam cada vez mais instabilidades e insegurança na vida das pessoas, levando muitos açorianos a emigrar, como se confirmou pelos censos de 2011".

"A grande parte dos empresários açorianos não cumpre com as suas obrigações em matérias como a formação profissional ou a saúde e segurança no trabalho e que as mulheres açorianas são discriminadas negativamente em matéria de salários e progressão profissional, não tendo a Inspecção Regional do Trabalho os meios necessários para exercer cabalmente as suas funções", observa a moção aprovada na Terceira.



As trabalhadoras e trabalhadores presentes neste Encontro Sindical, promovido pela União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo/CGTP-IN:

■ Reclamam uma nova política que dinamize o crescimento, impulsione o sector produtivo e oriente o investimento para necessidades estruturais que sirvam

a população, promovam o emprego com direitos e serviços públicos de qualidade, implemente a coesão social combatendo as desigualdades e injustiças e afirme a solidariedade como imperativos.

- Decidem intensificar a luta pelo direito à contratação colectiva, com vista a garantir condições de trabalho dignas e à melhoria do poder de compra dos salários e exigem que se cumpra a constituição nas futuras alterações da legislação laboral.
- Reclamam a valorização do SMN, de modo a que este atinja 500 euros já no inicio deste semestre.
- Exigem medidas concretas de combate ao desemprego e à precariedade, assim como ao trabalho não declarado e ilegal e uma acção fiscalizadora eficaz que ponha termo aos abusos e ilegalidades

praticadas em muitas empresas.

■ Declaram pugnar por uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos e do país que respeite os direitos no trabalho e dignifique e valorize os seus trabalhadores.

As trabalhadores e os trabalhadores, ao mesmo tempo que se solidarizam e apoiam as lutas em curso e em perspectiva do sector privado e da Administração Pública a nível nacional, assumem ainda o compromisso de, a não haver uma inversão das actuais políticas e a manter-se a ofensiva contra os seus direitos, prosseguir e intensificar a luta nas empresas e nos sectores em toda a região, de forma coordenada e convergente, no sentido de dar mais força e eficácia às suas reivindicações laborais e sociais.

# António Teodoro: "Nuno Crato é representante do pensamento neoconservador americano"



Em breve entrevista ao Jornal de Notícias (JN, 16/07/2011), António Teodoro, Director do Instituto de Educação da Universidade Lusófona, de Lisboa, sublinha que o novo Ministro da Educação é "representante do designado pensamento neoconservador americano". Ver já de seguida entrevista completa, com a devida vénia à jornalista Helena Norte e ao matutino JN.

#### 1. Como avalia o reforço das disciplinas de Português e Matemática?

António Teodoro (A.T.) - Nuno Crato é representante do designado pensamento neoconservador americano, que parte da ilusão de que há disciplinas-nucleares, mais importantes do que as outras. Eu não partilho dessa opinião. Actualmente, é tão importante a língua como o exercício da cidadania e a capacidade de desenvolver um espírito crítico e criativo. Esta medida afasta-se das orientações da OCDE e aproxima-se do pensamento norte-americano, em queda com Obama.

#### 2. Concorda com a extinção da Área Projecto?

A.T. - A retirada no Básico é um empobrecimento inequívoco e reforça o que o sistema tem de pior: a divisão do conhecimento em prateleiras, sem espaço para cruzar saberes. No Secundário, dominado pela pressão do acesso à Universidade, era considerado uma distracção.

#### 3.

# Como encara a introdução de exames no 6ºano e a possibilidade de haver também no 4º ano?

A.T. - O pensamento neoconservador assenta na ideia da regulação do sistema por exames. Trata-se de um retrocesso, que vai gerar uma orientação curricular no sentido de valorizar só o que vai sair nos exames. Defendo exames no acesso ao Ensino Superior e, eventualmente, no 9º ano.

#### Opinião



# Partir e Chegar

O cais da partida e do almejado regresso transmutou-se. A tristeza dos que ficam, a saudade que já germina nos que partem, não muda nunca. Não muda ainda que esse seja um secular fado do povo português: abalar, já a magicar no retorno.

Da baía abrigada do porto para a aerogare. Dos intermináveis dias de viagem para umas fugidias horas, da pedrinha escrita no cais para o sms, da carta escrita para o mail, do telefone fixo, ou móvel, para o skype.

Conquistas da ciência e da técnica que afagam os sentimentos e dão a sensação de proximidade mas que não evitam, na hora da partida, aquele aperto no peito, os dentes cerrados tentando impedir uma lágrima que teima em assomar e rolar pela face e, o sentimento de vazio que, ao último beijo, ao derradeiro aceno, enche a alma de tristeza de quem fica, de quem parte.

Há coisas que as maravilhas da ciência e da técnica não vão mudar nunca. Entre a partida e o regresso fica a ausência e, isso, não se altera. Não há avanço tecnológico que preencha o roubo da presença de quem amamos, ainda que o regresso esteja seguro e a ausência seja curta.

Temos sempre alguém por fora... alguém embarcado e não há como habituar-nos. Nem mesmo o tempo, que é cura para todos os males, remedeia a saudade. Saudade que nem sempre é tristeza, mas é sempre, sempre, um vazio e o refúgio que alimenta a esperança da alegria do regresso, ainda que apenas te tenha deixado ontem no cais da partida. No mesmo embarcadouro de onde vistes partir os teus filhos quando tomaram asas e voaram do ninho, naquele cais da saudade onde nos recebes de sorriso aberto, mas com uma lágrima a espreitar antecipando uma nova partida.

Não há como mudar a dor da hora da abalada, não há como mudar o sentimento de vazio que a ausência desperta, não há como abafar esta saudade. Saudade tão própria dos ilhéus, saudade tão própria dos portugueses. Não há como mudar os sentimentos de um povo marcado pela partida da qual nem sempre há regresso e a saudade perpetua-se, a saudade canta-se no choro triste da morna, do fado, da saudade.

Há coisas que não mudam nunca, outras há, porém que se podem alterar. Só depende de nós!

Aníbal C. Pires, Horta, 02 de Junho de 2011 www.anibalpires.blogspot.com



#### Exposição

#### IRREVERÊNCIA E REQUINTE, 1964 - 1974 MODA MULHERES MUDANÇAS

Até 25 SETEMBRO de 2011 no Museu **Carlos Machado-Ponta Delgada** (**Núcleo de Santa Bárbara**).

Este guarda-roupa constitui um conjunto excepcional, com um nível de qualidade provavelmente único em São Miguel. Cada uma das peças apela a um sentido de requinte, de perfeição e de fantasia que emanam da alta-costura.

As roupas expostas evocam os Sixties e os Seventies, essa época fabulosa em que, à semelhança das transformações que agitam as sociedades ocidentais, também a moda radicaliza a sua linguagem. Atrevida e inconformista, torna-se o estandarte de uma juventude que protesta contra a ordem estabelecida, e das mulheres que lutam pelo reconhecimento da sua autonomia.



IRREVERÊNCIA E REQUINTE

#### Musica



# O ANGRAJAZZ 2011, 13<sup>a</sup> edição do Festival Internacional de Jazz de Angra do Heroísmo vai realizar-se nos dias 6, 7 e 8 de Outubro, numa organização da Câmara Municipal e Associação Cultural AngraJazz.

O ANGRAJAZZ pela qualidade que assegurou ao longo destes 13 anos é hoje um acontecimento indispensável não só do calendário cultural açoriano mas também do calendário jazzístico nacional.

#### Exposição

Museu de Angra do Heroísmo



A pedalada de Juvenal dá conta do percurso biográfico de Juvenal Castro, professor praiense que se distingue pelos seus múltiplos talentos artísticos e nomeadamente pela sua perícia como gravador de dentes de cachalote.

Além de uma colecção de *scrimshaws*, a exposição integra esculturas, inúmeros desenhos, projectos de cartazes e também esboços de carros alegóricos, que Juvenal Castro desenhou para os desfiles das festas da cidade da Praia da Vitória, desde que aquelas têm lugar.

Numa das paredes, encontra-se desenhada uma pintura mural, em que o público é convidado a colaborar.

Durante o tempo de duração da exposição, terá lugar a gravação de um dente de baleia, num ateliê integrado no espaço expositivo. Até ao fim do Verão.





#### Exposição



O Instituto Açoriano de Cultura, numa parceria com o Museu do Pico, apresenta, até 31 de Julho, a exposição de fotografia de Jorge Barros, intitulada *Aproximações*.

Esta mostra, que na sua abertura contará com a presença do artista e do Presidente da Direcção do Instituto Açoriano de Cultura, reúne 38 fotografias associadas em pares, das quais 12 foram adquiridas pela Santa Casa da Misericórdia do Corvo e pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça e que gentilmente cederam por forma a acompanharem a referida exposição.

Este trabalho salienta, através da objectiva do autor, a proximidade cultural, paisagística e edificada, existentes entre o território insular e continental, que justificam e fundamentam a nossa identidade nacional.

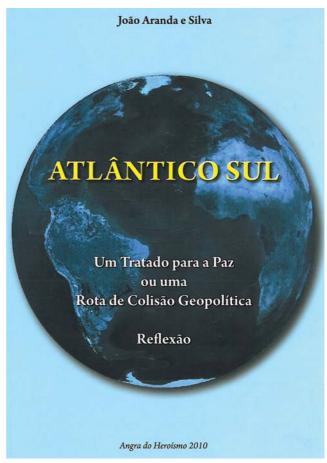
No decurso desta exposição poderá visitar também a exposição intitulada *Capas de Espírito Santo – Tradição e Modernidade*, que estarão patentes ao público até ao dia 31 de Julho durante o horário normal de expediente do Museu

(Terça a Sexta-feira: 09H00-12H30 - 14H00/17H30; Sábado e Domingo: 14H00-17H30).



Até **9 de Outubro**, pode ser visitada, no **Museu de Angra do Heroísmo** (Sala Dacosta), a exposição *Museu em Aberto*, da autoria de António Araújo. Nesta instalação, o autor recorre ao vídeo para explorar seis peças do acervo do Museu de Angra do Heroísmo que foram já alvo da sua objectiva na rubrica *Museu Aberto*, publicada quinzenalmente na revista do *Diário Insular*, desde 2006.

#### Livro



Este trabalho, de João Aranda e Silva, constitui, sem qualquer dúvida um contributo importante para se perceber a complexa problemática geopolítica naquela região do mundo.

O autor analisa, também, os vários impactos que a globalização tem produzido nas economias dos vários Estados que constituem as duas margens do Atlântico Sul, não deixando, todavia, de referir, na sua perspectiva, as consequências que poderão resultar desses impactos. Trata-se, pois, de um relevante contributo que é prestado ao estudo da geopolítica naquela região do globo, caracterizado, de igual modo, por uma preocupação de natureza prospectiva, o que valoriza ainda mais o seu trabalho.

Prof. Doutor Luís Andrade
Do Prefácio

(...) Aranda e Silva deixa-nos intrigados com muitas questões, que poderão ser a base de outros tantos estudos, como o carácter de relatividade dos grandes espaços, nomeadamente quando, na sequência da ascensão da China e da Índia (e sem esquecer o "penta poder multipolar" de Aranda e Silva), o Índico e o Pacífico passam a ser protagonistas no bom e no mau sentido (como na agudização de conflitos como o de Taiwan e entre as Coreias).

 $(\ldots)$ 

O futuro o dirá, mas é importante preparar os caminhos para esse futuro, utilizando vários instrumentos políticos, estratégicos, diplomáticos e económicos, nos quais deve estar incluído o debate aberto, transparente e consequente, como é o caso deste livro (oportunamente *made in* Açores) de João Aranda e Silva.

